

## O método dialético em debate: considerações sobre a dialética da natureza a partir das contribuições de Engels e de Lukács<sup>‡</sup>

Sávio Freitas Paulo<sup>†</sup>

**Resumo:** O presente trabalho pretende apresentar os principais aspectos do debate marxista sobre a dialética da natureza, visando indicar a validade epistemológica do procedimento dialético para a investigação da esfera natural. No debate mencionado, Engels é considerado pioneiro ao procurar enquadrar essa esfera no escopo analítico do método materialista legado por Marx – o que não significa que suas formulações sejam livres de problemas. O fato é que o debate em torno da validade das teses engelsianas toma grande proporção, sendo elas utilizadas de modo a legitimar diversas posturas no mínimo polêmicas durante o percurso histórico pelo qual atravessa o pensamento marxista. Nessa perspectiva, Lukács é reconhecido como outro teórico de grande destaque no debate desta problemática. Em sua juventude, o autor se posicionou contra a validade da dialética na natureza, direcionando críticas substanciais à análise de Engels e às teorias desenvolvidas no interior da Segunda Internacional. Em sua maturidade, Lukács reconhece que teria equivocadamente negligenciado o papel fundamental ocupado pela natureza no interior da teoria desenvolvida por Marx, fato que lhe permite, sobretudo nos volumes da *Ontologia*, apresentar de maneira sofisticada as categorias que determinam os objetos nas diferentes esferas da realidade, e também o modo apropriado de apreensão desses determinantes pelo ser social.

**Palavras-chave:** dialética da natureza; Lukács; Engels; ontologia.

**Abstract:** The present work presents the main aspects of the Marxist debate about the dialectic of nature, and stands for the dialectical procedure for the investigation of the nature sphere. In the referred debate Engels is considered a pioneer, seeking to fit this sphere under the analytical scope of the materialist method developed by Marx – which does not mean that his formulations are problem-free. The fact is that the debate around the validity of Engelsian theses takes on a large proportion, being used in such a way as to legitimize several attitudes that are at least controversial during the historical path through which Marxist thought goes. In this perspective, Lukács is recognized as another theorist of great prominence in the debate of this problem. In his youth, the author took a stand against the validity of dialectics in nature, posing substantial criticisms of Engels' analysis and the theories developed within the Second International. In his maturity, Lukács recognizes that he had mistakenly overlooked the fundamental role played by nature within the theory developed by Marx, a fact that allows him, especially in the volumes of *Ontology*, to present in a sophisticated way the categories that determine objects in the different spheres of reality, and also the appropriate way of apprehending these determinants by the social being.

**Keywords:** dialectic of nature; Lukács; Engels; ontology.

---

<sup>‡</sup> Este artigo compreende uma parte do argumento desenvolvido na dissertação de mestrado apresentada ao PPGE-UFF em abril de 2021, intitulada *O método da crítica da Economia Política de Marx e a interpretação de Lukács em História e consciência de classe*. Agradeço as contribuições feitas pelos professores Eduardo Sá Barreto e Flávio Miranda na ocasião da defesa; e, especialmente, a orientação e os comentários realizados pelo professor João Leonardo Medeiros, que foram essenciais para a realização deste trabalho. Ressalto, contudo, que quaisquer equívocos ou omissões são de minha inteira responsabilidade.

<sup>†</sup> Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense. Doutorando em Economia pelo PPGE-UFF. Bolsista CAPES. E-mail: savio.freitas37@gmail.com.

## Introdução

No interior da tradição marxista, os determinantes que fundamentam o procedimento de investigação da realidade inaugurado por Marx tornam-se um dos principais elementos de debate. De fato, durante os anos que sucedem as principais publicações do autor da crítica da Economia Política, torna-se perceptível o esforço de importantes teóricos em resgatar e difundir a fecundidade das ideias de Marx – movimento que daria origem ao *marxismo*. As investigações sobre a abrangência do procedimento marxiano, portanto, contribuem para o irrompimento dos mais variados embates teóricos no interior desta tradição. Uma das posições que ocasionalmente ganha destaque nesses debates é aquela que procura atestar a validade do método dialético para a compreensão dos fenômenos pertencentes à esfera da natureza. Nesta perspectiva, Engels trata-se, indubitavelmente, do primeiro autor a defender que não somente a sociedade, mas também a natureza deveria ser compreendida através do método materialista de Marx.

O esforço do grande amigo de Marx torna-se evidente tanto no *Anti-Dühring* (2015) quanto na *Dialética da natureza* (2020), obras que buscam, dentre outras coisas, evidenciar os problemas de uma apreensão idealista, mecanicista ou positivista sobre a esfera da realidade a ser investigada, seja ela social ou natural. Notaremos que os desenvolvimentos de Engels não estão livres de problemas, fato que justifica o debate estabelecido em torno da “dialética da natureza” após a publicação de suas obras. Nesse contexto, é importante destacar György Lukács como um dos grandes autores que se debruça sobre a investigação desta questão durante sua trajetória prática e intelectual. O fato é que o posicionamento de Lukács sobre a dialética da natureza se metamorfoseia, sendo possível evidenciar grandes diferenças ao se comparar a teoria desenvolvida em sua juventude – aqui nos referindo a sua célebre obra publicada em 1923, *História e consciência de classe* (2003) – àquela desenvolvida na maturidade, sobretudo nas teses presentes em *Para uma ontologia do ser social* (2012; 2013).<sup>1</sup>

No desenrolar histórico da tradição marxista, a dialética da natureza adquire grande relevância teórica e prática.<sup>2</sup> Contudo é preciso reconhecer que um direcionamento mais acabado sobre esta questão se deve, em grande medida, ao esforço

---

<sup>1</sup> Para facilitar, a referência a *História e consciência de classe* será abreviada para HCC; e a referência aos dois volumes de *Para uma ontologia do ser social* será abreviada para *Ontologia*.

<sup>2</sup> Esse contexto será mais bem apresentado sobretudo na próxima seção, onde é examinado o fato de que, em pelo menos dois contextos históricos distintos, os argumentos de Engels foram eivados de modo a justificar teorias e práticas que essencialmente contrariam os fundamentos marxianos.

do velho Lukács. Especialmente em sua obra da maturidade, Lukács não somente reconhece, mas determina a pertinência de uma apreensão dialética da natureza no interior da “ontologia marxiana”; o autor também salienta que a teoria de Marx atesta a necessidade de que a análise parta das determinações dialéticas que compõem o próprio ser investigado – e não de um sistema previamente (ou idealisticamente) estabelecido (Lukács, 2012; 2013). Assim, a partir do esforço de Lukács, o que se torna evidente é o fato de que as determinações presentes na teoria social e na teoria do valor de Marx viabilizam um conhecimento objetivo sobre as especificidades conjunturais que sedimentam o capitalismo contemporâneo.

Compreendendo a dimensão do debate sobre a dialética da natureza, não somente pelos seus desencadeamentos práticos no processo histórico de formação da tradição marxista, mas também pela sua relevância epistemológica no interior da investigação colocada pela filosofia da ciência, nos parece prudente resgatar os elementos da pioneira exposição de Engels e também as formulações críticas realizadas por Lukács – tanto as de sua juventude teórica como as da maturidade. Destaca-se que as elaborações da *Ontologia* compreendem os mais conclusivos esclarecimentos de Lukács sobre o método dialético, sendo indicada a relevância em apreender seus determinantes se se pretende responder de maneira objetiva aos problemas investigados pela ciência.

Assim, como forma de destacar a pertinência das formulações de Marx e das leituras realizadas por Engels e por Lukács sobre o método dialético e sobre sua respectiva relevância para a elucidação de questões colocadas pela investigação científica, este trabalho conta com quatro seções, além da introdução e da conclusão. Primeiramente, nas próximas duas seções, são analisadas a repercussão das teses engelsianas e também os principais pontos do argumento desenvolvido pelo autor do *Anti-Dühring*. Após essa exposição, é apresentada a crítica do jovem Lukács à interpretação de Engels sobre o método dialético. Compreendendo que Lukács altera profundamente sua postura em relação à dialética da natureza, são apresentados, na seção subsequente, alguns dos principais determinantes da dialética que foram cuidadosamente examinados na *Ontologia*. Por fim, na seção conclusiva, são tecidos alguns comentários críticos sobre o proceder científico que predomina atualmente nos campos de pesquisa, enfatizando a pertinência da teoria de Marx no esclarecimento dos mais variados aspectos que compõem a realidade contemporânea.

## 1. A recepção das teses de Engels no interior da tradição marxista

Considerado por muitos o porta-voz do socialismo científico após a morte de Marx, Friedrich Engels foi também o seu mais próximo companheiro.<sup>3</sup> Já na década de 1840, ambos os autores dirigem pertinentes críticas ao idealismo, à metafísica e ao materialismo vulgar – concepções filosóficas que fundamentavam as principais teses dos epígonos de Hegel.<sup>4</sup> Entretanto, o primeiro registro do interesse de Engels sobre a investigação da esfera da natureza é datado somente de maio de 1873. Em uma carta enviada a Marx, Engels expõe um esboço do que seriam as questões dialéticas das ciências da natureza que o interessavam, delimitando como campo de suas investigações a filosofia e as ciências naturais.<sup>5</sup>

O material coletado para a composição do que viria a ser a *Dialética da natureza* (2020) é datado de 1873 a 1882, porém o estudo de Engels sobre essa temática deve ter iniciado ainda no fim da década de 1850.<sup>6</sup> Trata-se de uma obra não concluída, pois a redação do seu empreendimento é interrompida em 1876, quando o autor é convidado pelo editor do jornal do Partido Social-Democrata alemão a contrapor as ideias que estavam sendo difundidas por um influente professor de filosofia da Universidade de Berlim, a saber Eugen Dühring.

As ideias difundidas por Dühring eram realmente problemáticas, não só por conter contradições de toda ordem (científicas, filosóficas, político-ideológicas), mas por ter conseguido se difundir até mesmo entre os adeptos da teoria marxiana. Em seu *Curso de filosofia*, o “sistema dühringiano” apresenta uma doutrina socialista como consequência prática de um *sistema* filosófico. A crítica ácida de Engels consistiu-se num

---

<sup>3</sup> Vivendo em Manchester a partir de 1842, Engels tem contato com o movimento operário inglês e dá início aos seus estudos sobre economia política. Em 1844, de regresso à Alemanha, ao passar por Paris, Engels conhece Marx, autor com o qual já trocava correspondências a algum tempo. Assim, escrevem em conjunto *A sagrada família*, uma crítica severa à construção especulativa (Lenin, 1982, p.05). A publicação deste texto demarca o início de um esforço em conjunto por parte dos autores em desvelar as relações *objetivas* de dominação existentes no modo de produção capitalista. Desse modo, Marx e Engels engajam-se na luta pela defesa de um projeto societário alternativo ao capitalismo, tornando-se também responsáveis pelo surgimento e ascensão de diversos movimentos revolucionários a partir de então.

<sup>4</sup> Cf. Marx, K. e Engels, F. *A sagrada família* (1844 [2011]), em que os autores criticam a atitude contemplativa dos irmãos Bauer; cf. Marx K. *Miséria da filosofia* (1847 [2017]), onde Marx destina uma crítica à *Filosofia da miséria* de Proudhon, demonstrando a impregnação do arcabouço hegeliano na teoria proudhoniana; e cf. Marx, K. e Engels, F. *A ideologia alemã* (1846 [2007]), onde os autores formulam sobre os problemas presentes em diversas teorias dos jovens hegelianos, com destaque para a crítica de Marx ao materialismo de Feuerbach.

<sup>5</sup> A sintética exposição sobre o contexto em que Engels escreveu as duas obras que aqui serão analisadas foi retirada da Apresentação da *Dialética da natureza* (2020), escrita por Ricardo Musse e da Apresentação do *Anti-Dühring* (2015), redigida por José Paulo Netto.

<sup>6</sup> Conforme aponta Musse (2020, p. 17), o principal biógrafo de Engels, Gustav Mayer, alega que ainda em 1858, o autor teria iniciado seus estudos sobre as ciências da natureza.

compêndio de artigos publicados pela *Vorwärts* (Avante), de janeiro de 1877 a julho de 1878. A publicação do *Anti-Dühring*, em 1878, reúne esse material que consiste em três grandes blocos desses artigos – nomeados como filosofia, economia política e socialismo.

No primeiro destes blocos (e também o mais polêmico), Engels utiliza de boa parte do material que havia reunido para a *Dialética da natureza* – isso se deve ao fato de o “sistema dühringiano” estar fortemente relacionado com a filosofia da natureza. Em relação ao segundo e terceiro blocos, como corretamente observa Netto (2015, p. 12), não se registraram objeções de relevo ao pensamento de Engels. Marx inclusive redige por completo um artigo do segundo bloco.<sup>7</sup> O fato é que, nesta obra (especialmente no primeiro bloco), torna-se explícita a especificidade do estudo sobre a dialética proposto por Engels que, de maneira geral, revela um esforço em compreender a esfera da natureza a partir do materialismo histórico. Entretanto, como bem é salientado por Netto (Ibid., p. 11): “deve-se recordar que Marx conheceu a íntegra do texto do livro de 1878, colaborou em sua redação e não manifestou reservas às reflexões de Engels no domínio do conhecimento da natureza e das ciências a ela referidas”.

O *Anti-Dühring* teve uma grande repercussão na formação dos intelectuais marxistas subsequentes, tornando-se, provavelmente, junto com *O Manifesto Comunista*, uma das mais difundidas apresentações do materialismo histórico. A boa recepção do texto motivou Engels a continuar seus trabalhos sobre a *Dialética da natureza* até 1883, ano da morte de Marx. Essa morte, como se sabe, deslocaria a prioridade de Engels. O autor viu-se na incumbência de organizar e sistematizar os manuscritos de Marx, além de garantir a publicação dos Livros II e III de *O capital*, em 1885 e 1894, respectivamente. Durante todo esse período, o autor ainda se manteve engajado em conduzir a luta internacional da classe trabalhadora, ofuscando o desenvolvimento de sua própria pesquisa. Engels morre em 1895, deixando claro seu compromisso em difundir e tornar prático o modo de investigação científica inaugurado por Marx. Essas circunstâncias certamente contribuíram para que a primeira publicação parcialmente organizada dos manuscritos da *Dialética da natureza* somente tenha sido realizada postumamente, na União Soviética, em 1925.

---

<sup>7</sup> O artigo *Da História crítica*, apresentado na seção da “economia política”, foi escrito por Marx e revisado por Engels para o lançamento da terceira edição alemã de sua obra. Neste artigo, Marx procura sobretudo ressaltar os problemas na formulação do valor dühringiana, demonstrando a superficialidade das formulações teóricas de William Petty e David Hume, que embasavam o discurso de Dühring.

As teses presentes em ambas as obras de Engels foram motivos de intensos debates teóricos e políticos no interior do marxismo, sobretudo após o início do século XX. Primeiramente, o corpo da Segunda Internacional absorveu e incorporou as teses de Engels de maneira expressiva aos seus postulados, porém com forte predominância dos influxos positivistas provenientes da atmosfera intelectual dominante da época. Como apontado pelo jovem Lukács, Kautsky e Bernstein provavelmente foram os principais responsáveis pela inflexão do processo de desenvolvimento da teoria marxista no interior desta organização (Lukács, 2003a, p. 21). Inclusive Bernstein teria, ainda em 1894, escrito um artigo sobre a terceira edição do *Anti-Dühring* no qual considerava a obra de Engels como “manual” ou “compêndio do socialismo” (Gerratana, 1975, p. 150 *apud* Netto, 2015, p. 15).

Como reação à explícita vulgarização do marxismo no período da Primeira Guerra, que se expressa politicamente na aproximação da Segunda Internacional ao movimento da socialdemocracia, é oficializada, em 1919, a Terceira Internacional da qual György Lukács se tornou integrante. Esse contexto justifica as duras críticas presentes em HCC, que são dirigidas sobretudo ao mecanicismo da investigação científica presente na tradição marxista que se orientava pelo *Anti-Dühring*. É interessante notar que a crítica do jovem Lukács à “contemplação burguesa” presente na investigação científica aparece como um prognóstico do que vem a despontar posteriormente no interior da tradição marxista, mais precisamente a partir de meados da década de 1920. Nesse período os argumentos de Engels são novamente hipostasiados em uma interpretação ainda mais vulgar e sistematizante.

A publicação da *Dialética da natureza* e a conseqüente incorporação sistemática de algumas teses deste livro como um “conjunto de regras” pelo marxismo oficial da União Soviética, a partir de 1925, retomam o ímpeto manualesco observado no marxismo “superado” na década antecedente. Principalmente após a morte de Lenin, observa-se que o partido bolchevique passa a exercer fortes influências na condução da teoria marxista e, ao final dos anos 1920, a Terceira Internacional já havia se transformado em um mecanismo de propagação do emergente regime stalinista. Esse processo daria origem ao marxismo-leninismo,<sup>8</sup> perspectiva “segundo a qual o marxismo constitui uma concepção

---

<sup>8</sup> Na *Ontologia*, Lukács evidencia o processo de marginalização das obras de Marx, Engels e Lenin através da condução da União Soviética por Stalin. Ele demonstra que no início do embate contra Trotsky, Stalin se apresenta como defensor da teoria leniniana e, em decorrência disso, lentamente o estudo das obras de Marx é colocado em segundo plano. No limite último, Lukács aponta que esse ostracismo reduz a filosofia oficial “aos comentários das publicações de Stalin” (Lukács, 2012, p. 301-302). Isso resulta no surgimento

de mundo cerrada, conclusa, suportada por um sistema de saber composto por uma teoria geral do ser (o materialismo dialético) e a sua especificação na aplicação à história (o materialismo histórico)” (Netto, 2015, p. 13).

Essa posição dogmática em relação ao legado teórico de Marx e Engels é rebatida pelo chamado “marxismo ocidental”, principalmente após 1956, ano do “degelo” na URSS.<sup>9</sup> De fato, parte dessas críticas chegam a reivindicar um necessário afastamento das concepções de Engels em relação as de Marx. Por esse motivo, ainda existe um debate não findado sobre o “método engelsiano”. Como apontam Conceição e Antunes (2008, p. 175), a concepção engelsiana da dialética é desenvolvida por autores diretamente envolvidos com o socialismo real, como Lenin e Stalin, mas é recorrentemente criticada sobretudo pelos pensadores inspirados no trotskismo.

Essa apresentação permite reconhecer que, em torno das teses de Engels, existe um imenso debate sobre como deve ser utilizado o método materialista histórico para a compreensão da natureza (e é importante ressaltar que a vulgata stalinista tem como limite a inversão dessa compreensão, na medida em que as “leis dialéticas” seriam capazes de indicar o funcionamento da própria história). Por isso, é pertinente investigar em que medida as interpretações críticas da exposição engelsiana fazem jus ao procedimento exposto nas obras de Engels. O debate sobre a validade das teses sobre a “dialética na natureza” está longe de ter um ponto final, mas é importante salientar que o método de Marx de modo algum estará bem fundamentado se limitado às amarras sistematizantes de um compêndio.<sup>10</sup>

---

do marxismo-leninismo, filosofia que buscou novamente legitimar um corolário lógico no interior da teoria marxista.

<sup>9</sup> Esse processo se refere a divulgação de um relatório secreto no XX Congresso do Partido, no qual foram expostos diversos problemas sobre a condução do socialismo soviético por Joseph Stalin. De acordo com Musse (2020, p. 24, *itálicos no original*), a partir daí diversas críticas são escritas contra a concepção ideológica defendida pelo Estado soviético, e, como consequência, acabam por se dedicarem também à refutação da dialética engelsiana: “Nessa série cabe destacar os artigos ‘Marxisme et Philosophie’ [‘Marxismo e Filosofia’], de Maurice Merleau-Ponty (em *Sens et non-sens*), e ‘Matérialisme et Révolution’ [‘Materialismo e Revolução’], de Jean-Paul Sartre (em *Situations III*), bem como os livros *O Marxismo Soviético*, de Herbert Marcuse; *Crítica da razão dialética*, de Sartre, e *Der Begriff de Natur in der Lehre von Marx* [O Conceito de Natureza na Doutrina de Marx], de Alfred Schmidt”.

<sup>10</sup> Concepção que ainda é difundida ocasionalmente, mesmo nos dias atuais. Como apresenta Netto (2015), “essa versão das ideias de Marx e Engels divulgada em massa através de uma literatura manualesca, persistiu mesmo depois que, em 1956, se pôs fim, oficial e formalmente, ao ciclo do mal chamado ‘culto à personalidade’. De fato, na segunda metade do século XX e na entrada do XXI, esse marxismo de pacotilha ainda resiste – quase sempre mediante a continuidade da produção e do consumo de novos manuais” (Netto, 2015, p.13).

## 2. A concepção de Engels sobre o método dialético

É possível apreender, em todo o *Anti-Dühring*, que o aspecto central da formulação de Engels se refere ao problema de estaticidade imputado aos objetos da natureza, aspecto presente sobretudo na *filosofia da natureza* desenvolvida na teoria de Hegel, em que a natureza teria sido compreendida como “eterna repetição”, sem um desenvolvimento no tempo, ou seja, sem história – um atributo da *Ideia*. Ao mesmo tempo, como demonstra Musse (2020, p.18), tornam-se perceptíveis, nos escritos de Engels, as críticas à metafísica de Comte, na medida em que essa tradição consideraria os “objetos fixos, imóveis, observados um após o outro, cada um em si mesmo, como seres permanentes”.

Engels argumenta que, para submeter a natureza ou a história humana à análise, seria preciso reconhecer que existe um entrelaçamento infinito de conexões, em que nada permanece como era e nem onde estava, em que tudo é dinâmico. Entretanto, o autor atenta para o fato de que é próprio da consciência apreender os objetos da natureza de maneira isolada e categorial, sendo essa a fonte primária do “saber cotidiano” ou “senso comum”. No entanto, isso não justificaria o fato de a investigação científica – e, em particular, o metafísico – manter-se no nível de abstração em que os objetos são imutáveis (Engels, 2015, p. 31). Assim, o autor defende que o mundo real só pode ser entendido, em sua totalidade, por meio da obtenção de um espelhamento dialético correto do que ocorre na realidade através da consciência, considerando que os processos que se manifestam na realidade são historicamente relacionados e constantemente transformados (Ibid., p. 32).

A posição de Engels contra o idealismo é bem delimitada já no início da seção que trata da filosofia. O autor indica o equívoco de Dühring, que consiste no fato de sua teoria socialista do “novo mundo” ter como base *princípios formais* derivados do pensar, que deveriam ser aplicados tanto à natureza quanto ao reino humano. Engels demonstra, a partir dessa constatação, que Dühring utiliza de concepções filosóficas já superadas por ele e por Marx, desde a década de 1840. Por exemplo, Dühring tomava o ato de pensar como totalmente autônomo e contraposto à natureza, ou seja, não havia em sua teoria o compromisso de demonstrar quais condições materiais seriam necessárias para que o próprio pensar pudesse figurar (Ibid., p. 40-41).

Mesmo hoje, 200 anos após o nascimento de Engels, é evidente a atual relevância contida nas críticas realizadas às vertentes do pensamento filosófico citadas. O mais



comum da investigação científica “moderna” (seja nas ciências naturais ou sociais) é a formulação de teses sobre a realidade que adotem procedimentos positivistas e epistêmicos ao mesmo tempo. Disso, denota-se que os fenômenos imediatos são tidos como autossuficientes para que se realize qualquer tipo de formulação ou constatação sobre a realidade. Essa apreensão, para converter-se em teoria (e não em mero registro factual), tem de ser generalizada sob a forma de leis abstratas, que são retroativamente transpostas ao real, leis que se autonomizam e condicionam o próprio modo de ser das coisas – caracterizando uma espécie de “epistemologização” da realidade. Por isso, não é sem nenhum respaldo que essa forma de reificação presente na ciência vem sendo combatida por toda uma tradição de marxistas empenhados em resgatar e explicitar o fundamento ontológico do método adequado da investigação.<sup>11</sup>

Voltemos à problemática abordada por Engels. O sistema dialético idealista de Hegel irradiava suas tendências fortemente dentro do próprio ideário marxista do período. Era comum, por exemplo, que as críticas ao modo de produção capitalista (como a de Dühring) compreendessem as leis regentes da sociabilidade como produtos autônomos do pensamento, descoladas das condições objetivas, ou seja, de modo gnosiológico. Em seu contraponto crítico, Engels procura demonstrar como ocorre o procedimento mais corriqueiro de apreensão da realidade. Segundo o autor, as leis abstraídas dos objetos são separadas deles e reaplicadas de maneira independente nos mais diversos campos da investigação. Mesmo que isso confira certo caráter de autonomia a essas leis, torna-se imprescindível compreender que as “leis emprestadas”<sup>12</sup> da realidade partem precisamente do mundo (externo), e não da espontaneidade do pensar (Engels, 2015, p. 42). Nota-se, portanto, que essa forma lógico-gnosiológica de apreensão dos objetos e

---

<sup>11</sup> De fato, tanto Engels como Lukács podem ser destacados pelo compromisso em esclarecer a problemática em torno desta questão. Certamente, uma elaboração primorosa sobre essas questões pode ser encontrada no trabalho da maturidade de Lukács (2012; 2013); podemos citar também as obras de Roy Bhaskar, *The possibility of naturalism* (1979 [1998]) e *A realist theory of Science* (1975 [2008]). Um estudo contemporâneo sobre os problemas mais recentes desencadeados pela sucessiva desmoralização do discurso científico, culminando na proliferação das teorias pós-modernas (inclusive por autores pertencentes à tradição marxista), pode ainda ser encontrado no texto *Do tsunami antirrealista ao irracionalismo: sobre as raízes da atual crise da razão* (Medeiros, 2020).

<sup>12</sup> Este posicionamento de Engels pode ser ilustrado por um comentário do autor sobre a utilização da matemática: “O objeto da matemática pura são as formas espaciais e as relações quantitativas do mundo real, ou seja, uma substância muito real. O fato de essa substância manifestar-se numa forma sumamente abstrata consegue encobrir apenas superficialmente a sua origem no mundo exterior. [...] Como todas as demais ciências, a matemática se originou das precisões humanas: da medição da terra e do conteúdo de recipientes, da contagem do tempo e da mecânica. Porém, como ocorre em todos os campos do pensamento, num certo estágio do desenvolvimento, as leis abstraídas do mundo real são separadas do mundo real, são postas diante dele como algo autônomo, como leis que vêm de fora, pelas quais o mundo deve orientar-se” (Engels, 2015, p. 42).

processos do real é condicionada por leis estabelecidas *a priori* – o que contrariaria o procedimento marxiano assim como apresentado Engels.

Some-se a isso o fato de que, para Engels, o desenvolvimento da relação entre filosofia, natureza e história na teoria de Hegel estaria numa contradição insolúvel entre sistema e método. Hegel teria, por um lado, considerado a história como um processo de desenvolvimento que por si mesmo não poderia ter um fim determinado, ao mesmo tempo em que busca compreender as distintas instâncias do ser no interior de um sistema universal e fechado, capaz de sintetizar a processualidade desses complexos de maneira definitiva. Esse procedimento de Hegel seria visivelmente replicado na teoria de Dühring. Tal imprecisão justifica o fato de ambos os autores terem caído no equívoco filosófico de derivar o *ser* (devir) a partir do *nada* (onde ocorre ausência absoluta de mudança), o que caracterizaria uma derivação teológica de todo um sistema abstrato:

As “leis da dialética” seriam incompatíveis com o procedimento hegeliano, marcado, ao mesmo tempo, pela ênfase no devir – que advém da dialética entre ser (*Sein*) e nada (*Nichts*) no autor da *Ciência da lógica* –, no movimento, e por uma filosofia sistemática (“um sistema universal e compacto”) que se conforma como “resumo e compêndio” de “verdades absolutas” (Sartori, 2015, p. 125, *itálicos no original*).

Ao construir sua crítica a Dühring, Engels vai contrapor o “materialismo moderno” – como assim ele o denomina –, referindo-se não apenas à problemática contida na filosofia de Hegel, mas também ao materialismo vulgar. Essas tradições teriam compreendido a natureza como um todo inalterado que se apresenta de maneira cíclica, de modo que a palavra história teria por referente apenas o desenvolvimento da humanidade. Assim, Engels defende que a história da humanidade tem sua gênese no desenvolvimento da própria natureza, o que não se altera pelo fato de que essa gênese pressuponha uma ruptura qualitativa. Portanto, se a processualidade e o movimento são características perceptíveis da história humana, seria necessário admitir que também a natureza é atravessada por leis que imputam o aspecto de mudança aos objetos que a compõem.

Por isso, as leis da dialética formuladas por Engels especificam precisamente a forma como se apresenta a processualidade inseparável dos objetos que compõem as esferas da natureza e da sociedade – aspecto que garante o caráter universalizante dessas leis aos diversos domínios da investigação. Deste modo, fica nítido que as leis a serem apreendidas pelo pensamento são concretas e determinadas pelo modo de ser próprio dos objetos que compõem a realidade.

O ponto de Engels, portanto, é que o movimento representa o modo de existir da matéria. Esta cinesia estaria presente na natureza (orgânica e inorgânica), na história e no pensamento do ser social. Ao evidenciar a existência de um movimento histórico e processual próprio dos objetos que compõem a realidade, Engels revela a impossibilidade de se atingir um conhecimento definitivo e imutável sobre os complexos que compõem a vida social, mas não elimina a existência de verdades absolutas. Para Engels (Ibid., p. 30) uma verdade absoluta é “independente do tempo, do espaço e do desenvolvimento histórico humano, o momento e o lugar de sua descoberta é puramente casual”, sendo que somente através do método materialista seria possível determinar essas verdades enquanto conhecimentos objetivos. Como esclarece Eagleton (2016, p. 131), “se uma declaração é verdadeira, então o oposto dela não pode ser verdadeiro ao mesmo tempo, ou de algum ponto de vista”, ou seja, ela simplesmente designa situações em que algo é estabelecido como verdadeiro. Nessa perspectiva, a questão salientada por Engels são os limites e as contradições que emergem ao se adotar uma postura rígida em relação à compreensão da realidade. Como aponta o autor: “um sistema de conhecimento da natureza e da história que abrange tudo e que *finaliza tudo de uma vez por todas* está em contradição com as leis básicas do pensamento dialético” (Engels, 2015, p. 32, *itálicos adicionados*).

Nesse sentido, a demonstração crítica de Engels sobre a falibilidade desse tipo de apreensão enrijecida é apresentada para as três esferas da investigação científica: para a natureza inanimada, para as ciências dos organismos vivos e para a sociedade. O autor conclui que mesmo o conhecimento sobre a natureza inanimada (que comporta as chamadas ciências exatas) deve ser avaliado de maneira relativa, pois a história mostra que, inclusive nesse campo, existe uma trajetória teórica de superação e descoberta de novas determinações contidas nos próprios sistemas, que até então eram considerados estabelecidos (Ibid., p. 62-63).

A crítica ao sectarismo presente na compreensão da esfera orgânica pode ser ilustrada a partir da “Introdução histórica” da *Dialética da natureza*. Engels destaca que o desenvolvimento do conhecimento sobre a natureza inanimada antecede o conhecimento sobre a formação dos organismos vivos, citando como referências da primeira área os trabalhos de Johannes Kepler, Galileu Galilei, até os desenvolvimentos das teses de Isaac Newton. Nesse período de desenvolvimento do conhecimento é instituída a ideia de imutabilidade absoluta da natureza – premissa que teria sido transplantada inclusive ao materialismo francês (Engels, 2020, p. 44). O desenvolvimento

científico chega até a esfera da natureza orgânica, entretanto ele se defronta com uma rigidez metodológica incapaz de abarcar as descobertas realizadas em alguns ramos dessa ciência, como o da paleontologia e da geologia. É somente com Darwin,<sup>13</sup> em 1859, segundo Engels, que toma forma definitiva o caráter de incompatibilidade entre o conhecimento da natureza e a rigidez do ser pré-estabelecida pela investigação científica. Assim, a princípio a ciência natural seria revolucionária, mas se depararia com uma tradição essencialmente conservadora em relação à natureza. Por esse motivo, Engels não deixa de reconhecer que a “visão conservadora da natureza é sintomática tanto no campo inorgânico quanto no orgânico” (Ibid., p. 34).

Para o terceiro grupo, o das “ciências históricas”, operar apenas a partir de verdades absolutas seria ainda mais incompatível com a realidade. Engels argumenta que o mais comum é reconhecer de maneira objetiva as relações sociais e políticas estabelecidas em certa época apenas quando estas formações sociais já estão em decadência. Por isso, nesse campo, o conhecimento seria limitado a um vislumbre de certas formas de sociedade, que seriam “transitórias por natureza e existentes apenas num dado tempo e para certos povos” (Engels, 2015, p. 63).

É importante afastar qualquer interpretação relativista que se faça dessa postura de Engels. O autor não reivindica a existência de diversas “verdades” em disputa que são capazes de explicar dado contexto sócio-político, e tampouco declara a incapacidade de se apreender a realidade histórica de maneira objetiva. O que Engels procura ressaltar é o equívoco estabelecido ao se propor uma teoria da história universal, que projete determinações de uma sociedade além de sua circunscrição histórico-geográfica. Ou seja, consistiria num enorme mal-entendido, por exemplo, conferir caráter absoluto às legalidades específicas do modo de produção feudal e procurar, a partir disso, compreender plenamente a dinâmica capitalista (ou de qualquer outro modo de produção).

Fica evidente, após essa análise da exposição de Engels, as contradições que se apresentam ao determinar os objetos que são submetidos à investigação científica somente a partir de verdades absolutas. O fato é que ao mesmo tempo em que se contrapõe à investigação científica orientada por essa perspectiva, Engels parece compelido a

---

<sup>13</sup> Inclusive, no *Anti-Dühring*, utilizando de conhecimentos adquiridos pela teoria de Darwin, Engels reitera uma das críticas direcionadas ao posicionamento de Dühring. Para este, a adaptação das espécies seria causada por representações conscientes e intencionais passadas à atividade finalista. Engels reforça o caráter equivocados na formulação do autor, pois considerar a natureza como possuidora de uma consciência de si seria aceitar o caráter divino do devir (Engels, 2015, p. 56).

sistematizar seu argumento através das “leis da dialética”, conferindo ainda o caráter de universalidade a essas leis – o que significa dizer que elas possuem validade em todos os campos da investigação mencionados. No entanto, isso não se constitui em uma contradição no argumento do autor. As leis da dialética evidenciadas nas obras de Engels derivam precisamente da investigação objetiva dos complexos que formam a realidade. Por isso, elas demonstram ser pertinentes ao possibilitarem capturar os movimentos que caracterizam os processos históricos específicos da natureza e da sociedade – cabendo ao pensamento ser capaz de compreender esses movimentos dialéticos.

Engels diferencia explicitamente as formas apresentadas por essas leis na *Dialética da natureza*, mas isso não exclui o fato de que no *Anti-Dühring* encontre-se recorrentemente o argumento que é exposto a seguir. O autor procura estabelecer a dialética enquanto ciência, argumentando, como salientado, que as leis mais gerais da dialética podem ser abstraídas tanto da história da natureza como da história da humanidade. Essas leis se resumiriam em: (1) a lei da conversão de quantidade em qualidade e vice-versa; (2) a lei da interpenetração dos opostos; e (3) a lei da negação da negação. Engels esclarece que as três formas foram desenvolvidas por Hegel como “simples leis do pensamento”. O salto qualitativo para a verdadeira validação das leis da dialética dependeria do afastamento da formulação gnosiológica hegeliana, reconhecendo que elas partem precisamente da natureza e da história, e, portanto, são deduzidas destas esferas, e não produtos autônomos da consciência. Assim, o sentido efetivo da dialética seria estabelecido através da inversão dessa visão idealisticamente deformada formulada por Hegel (Engels, 2020, p. 111).

Sartori (2015) argumenta que a entonação presente nos textos de Engels permite uma interpretação que indique a autossuficiência da aplicação das leis da dialética ao objeto investigado como forma de se obter uma explicação efetiva sobre a realidade, seja do objeto pertencente à natureza, à sociedade ou ao pensamento. O autor salienta que, ao contrário do que se verifica em Marx – em que a abordagem é imanente –, nas obras de Engels percebe-se a formulação de um aparato de natureza epistemológica como suficiente para fundamentar uma autêntica apreensão da realidade. Portanto, o caráter de dissociação entre método e objeto, que poderia ser observado nas obras do autor, legitimaria “a leitura segundo a qual haveria certo ímpeto, ao mesmo tempo, gnosiológico e logicista no modo de apreensão do real de Friedrich Engels” (Chasin, 2009 *apud* Sartori, 2015, p. 126).

Aqui se defende um ponto de vista distinto do mencionado. A incorreta dissociação entre método e realidade, que certamente foi realizada pelos intérpretes do marxismo mencionados anteriormente, não se relaciona diretamente ao argumento desenvolvido por Engels, na medida em que se observa que o autor jamais defendeu a existência de conceitos privados de referentes. A interpretação deformada que se realizou subsequentemente no interior da tradição marxista se justifica sobretudo pelo avanço do positivismo como forma válida de cientificidade e pela falta de compreensão de aspectos essenciais da teoria social de Marx. Tais fatos permitiram que as teses de Engels fossem utilizadas inapropriadamente como forma de validar diversas teorias que contrariavam os princípios fundamentais da ontologia marxiana. Isso não torna as leis da dialética de Engels necessariamente livres de problemas (é o que veremos posteriormente ao analisar a crítica de Lukács à lei da negação da negação, por exemplo); apenas as torna livres dos problemas originados pelo uso distorcido que delas fizeram seus pretensos seguidores.

De fato, o expressivo debate existente em torno das teses de Engels adquire maior relevância sobretudo pelas ocasiões em que seu argumento foi transposto de maneira mecânica a fim de respaldar procedimentos lógico-formais à compreensão da realidade através de uma perspectiva marxista. Como mencionado, essa espécie de delimitação da dialética passa a embasar as ações partidárias da União Soviética expressivamente a partir da década 1930 – tornando-se uma das principais responsáveis pela interpretação da teoria marxista a partir de uma dicotomia entre a dialética materialista e o materialismo histórico, consolidando o “marxismo oficial” desse período. Entretanto, ainda em 1923, foi certamente o jovem Lukács o primeiro a dirigir uma dura crítica à teoria de Engels. É importante ressaltar que ao escrever HCC, o autor ainda não tinha acesso aos escritos da *Dialética da natureza*, portanto suas críticas se limitam ao *Anti-Dühring*.

### **3. A crítica do jovem Lukács ao *Anti-Dühring***

Uma análise mais direta do argumento crítico desenvolvido pelo jovem Lukács permite entender os aspectos que diferenciam a perspectiva metodológica adotada pelo autor em relação à compreensão derivada da dialética engelsiana. É sabido que, em HCC, Lukács acusa a Segunda Internacional por ter incorporado premissas positivistas ao marxismo e por ter negligenciado a necessária vinculação do método com a prática social. Por esse motivo, os autores dessa tradição estariam, em última instância, realizando uma análise puramente contemplativa, típica da ciência burguesa – o que contribuiria para a

crystalização dessas relações fetichizadas dentro da ciência, e de maneira mais grave, dentro do próprio marxismo.

Para o jovem Lukács, na medida em que Engels e os marxistas sucessores exaltaram as questões teóricas relativas ao método, mas desvalorizaram o aspecto prático dessas teorias para a classe trabalhadora, acabaram contribuindo para omitir o papel transformador e revolucionário do método de Marx, extinguindo qualquer possibilidade de afirmação objetiva capaz de superar as determinações presentes no modo de produção capitalista. Como assinala resumidamente Lukács:

Quando os marxistas vulgares rompem essa unidade [entre teoria e prática revolucionária], cortam o nervo que liga a teoria proletária à ação proletária numa unidade. Reduzem a teoria ao tratamento “científico” dos sintomas do desenvolvimento social e fazem da práxis uma engrenagem fixa e sem objetivo dos acontecimentos de um processo que renunciam dominar metodicamente pelo pensamento (Lukács, 2003, p. 172).

Lukács reconhece que o *Anti-Dühring* teria se oposto à conceitualização metafísica, dissolvendo a rigidez dos conceitos e dos objetos que lhe correspondiam. Assim, a dialética foi conceituada por Engels como um processo fluído de passagem de uma determinação para outra que ocorreria de maneira incessante. Ela poderia ser caracterizada por uma permanente superação dos contrários, onde “a causalidade unilateral e rígida deve ser substituída pela ação recíproca” (Lukács, 2003, p. 67). O cerne do problema da teoria de Engels estaria justamente no fato de que a relação dialética entre sujeito e objeto (através da práxis) no processo de desenvolvimento histórico não é sequer mencionada – esse aspecto, para o jovem Lukács, deveria ser o centro de qualquer consideração metodológica marxiana.<sup>14</sup> Por isso, o método dialético deveria ter como preocupação central a transformação da realidade. Negligenciar essa função central da teoria, tão evidente nas obras de Marx, indicaria uma interpretação problemática sobre a dialética, que estaria, por sua vez, sendo concebida como um recurso meramente escolástico (Ibid., p. 67-68).

Analisando o argumento de HCC, é possível retomar ainda outro ponto que se contrapõe essencialmente à formulação de Engels. Lukács afirma que a dialética em Marx

---

<sup>14</sup> Sinteticamente, podemos indicar que, em HCC, a identidade entre sujeito e objeto é uma máxima resgatada da filosofia hegeliana muito utilizada para a estruturação dos argumentos de Lukács. Posteriormente, contudo, Lukács reconhece que essa determinação se trata de um “mito filosófico”, capaz de deturpar o ser e a sua imagem de diversas maneiras (Lukács, 2012, p. 204). De fato, as autocríticas de Lukács a diversos elementos fundamentais de sua obra da juventude se iniciam ainda na década de 1930. Nesse sentido, em um *Prefácio* escrito para HCC, em 1967, Lukács consolida pontos importantes de sua autocrítica, onde avalia que parte dos argumentos de HCC contém um caráter experimental e, portanto, irradiam tendências idealistas e messiânicas (Lukács, 2003a).

torna-se a essência do processo histórico, destacando que o movimento do pensamento consistiria apenas de uma parte de todo o movimento da história (Lukács, 2003, p. 376). Assim, para o húngaro, a história humana seria a única passível de apreensão dialética. Por esse motivo, qualquer desenvolvimento do conhecimento sobre a natureza estabelecido em sociedade prescindiria da dialética, que, portanto, seria apropriada apenas para expressar a historicidade das relações sociais (Ibid., p. 408). Em síntese: a dialética marxiana para o jovem Lukács deriva e está em unidade com a práxis, por isso ela se refere à unidade entre experiência e pensamento (Musse, 2005, p. 386). Dessa forma, a formulação sobre uma dialética da natureza não poderia ter analogia na formulação desenvolvida por Marx.<sup>15</sup> Isso seria suficiente para invalidar qualquer procedimento que procurasse esclarecer um fato histórico partindo de leis generalizantes da dialética (como foi o caso da teoria apresentada primeiramente por Bernstein e, posteriormente, pelo marxismo-leninismo).

Em suma e com o perdão da ênfase, para o jovem Lukács, a dialética não se apresentaria na natureza, na medida em que este domínio da realidade teria um movimento objetivo, desprovido das características que o permitiriam caracterizá-lo como dialético. Porém, o próprio autor reconhece no *Prefácio de 1967* que, em HCC, teria considerado erroneamente a natureza, em diversas passagens, como uma categoria social (Lukács, 2003a, p. 14). Deste modo, torna-se perceptível o fato de que o autor passa a reivindicar a validade da dialética da natureza, sobretudo nos desenvolvimentos presentes nos dois volumes de *Para uma ontologia do ser social* (2012; 2013) – obras que também apresentam uma primorosa fundamentação sobre as categorias e sobre o método dialético. Coutinho (1996, p.18) atenta para o fato de que a *Ontologia* de Lukács procura contrapor ferrenhamente todo o epistemologismo das correntes neopositivistas, incluindo os desenvolvimentos que se apresentavam sobre a imagem de marxismo. Ele ainda acentua que, em Lukács, “a ‘descoberta’ da ontologia torna mais nítidas e coerentes suas posições filosóficas, mas não altera substancialmente o conteúdo de sua reflexão,

---

<sup>15</sup> Tal perspectiva pode ainda ser encontrada em textos mais recentes, como é o caso do *Marxismo contra Positivismo* (2018), de Michael Löwy. Ancorado no texto da juventude de Lukács, Löwy argumenta que “as ciências exatas e da natureza” seriam autônomas, isto é, a prática neste domínio científico teria autonomia com relação “à estrutura social, às condições históricas” (Löwy, 2018, p. 35). Para o autor “a descoberta do oxigênio”, por exemplo, não teria nenhuma relação epistemológica com as lutas e os interesses de classes (Ibid.). O fato é que, como indicado, o próprio Lukács reconhece na maturidade os problemas de se negligenciar a inter-relação entre a sociedade e a natureza, sendo impossível compreender adequadamente o complexo da natureza tão somente pela filosofia positivista. Além disso, o próprio Engels, como observamos na *Dialética da natureza*, já havia ressaltado que o desenvolvimento das ciências da natureza condiciona e é condicionado pela estrutura social.



nem em relação à *Estética* nem tampouco a uma bastante anterior, escrita nos anos 30, a excepcional monografia sobre *O Jovem Hegel*” (Ibid., p.19).

#### **4. A relevância da *Ontologia* de Lukács ao esclarecimento dos determinantes que fundamentam a dialética**

De fato, a obra da maturidade de Lukács, além de procurar oferecer elementos autocríticos a certos desenvolvimentos problemáticos contidos em suas publicações que antecedem a *Ontologia*, também representa o ponto máximo da compreensão do húngaro sobre os fundamentos que compõem o procedimento marxiano e sobre a relevância destes determinantes para a compreensão da realidade como um todo. Como observa Oldrini (2017, p. 284), é mérito de Lukács resgatar a perspectiva da ontologia para a análise marxiana, opondo-se diametralmente às principais tendências no interior da filosofia que se apresentavam como predominantes durante o século XX. Lukács busca demonstrar que a teoria social de Marx se sustenta em “princípios ontológicos gerais”, ou seja, determinações universais da realidade social reconhecidas por uma análise teórica que procura zelosamente orientar-se ao ser em si. Nesta obra, portanto, a noção de objetividade presente nas obras de Marx é recuperada e esclarecida, além de ser diretamente utilizada como meio para desvendar a dialética das esferas inorgânica, orgânica e social (Oldrini, 2017, p. 286-287). Por esse motivo, a obra madura de Lukács pode ser considerada – em alusão a HCC – como “uma crítica a Lukács a partir de Marx, gerada pela inspiração ou a própria mediação do último Lukács” (Chasin, 2009, p. 203).

Há muitos momentos da volumosa *Ontologia* de Lukács nos quais o autor elabora, com maior ou menor sistematicidade, sobre o método da crítica da Economia Política de Marx, sua respectiva fundamentação ontológica, e também sobre a pertinência de se compreender adequadamente os processos específicos que se apresentam nas distintas esferas da realidade. Mais especificamente no capítulo dedicado a Hegel, o esforço de Lukács consiste, por um lado, em evidenciar as principais antinomias presentes na formulação da dialética hegeliana e por outro “apresentar também os fundamentos e princípios ontológicos de sua dialética em suas conexões essenciais” (Lukács, 2012, p. 232). O autor anuncia que esse resgate crítico é necessário para restabelecer o sentido original das obras de Marx a partir de “uma ontologia fundada e fundante, que encontre na realidade objetiva da natureza a base real do ser social e seja, ao mesmo tempo, capaz

de apresentar o ser social em sua simultânea identidade e diferença com a ontologia da natureza” (Ibid.).

Um dos momentos importantes da *Ontologia* que expressa uma fecunda compreensão sobre os processos dialéticos e suas particularidades nas esferas da natureza e da sociedade é aquele em que Lukács examina com muito zelo as categorias da *negação* e da *negação da negação* como forma de caracterizar o movimento dialético da realidade, abrigo a primeira (ainda que de modo crítico) no interior da sua filosofia, mas não a segunda. A crítica de Lukács se dirige tanto à formulação presente na *Lógica* de Hegel como à formulação de Engels, no *Anti-Dühring*. Passemos ao argumento de Lukács.

Lukács concorda que a negação, quando generalizada, possui validade em termos lógicos e gnosiológicos,<sup>16</sup> mas se torna incompatível se observada no plano ontológico. Analisando a dedução lógica do devir realizada por Hegel, Lukács indica o equívoco – já evidenciado por Marx e por Engels – em considerar de que a partir do nada seria possível surgir outro ser (Ibid., p. 214-215). Ou seja, o ato de negar o nada (a negação da negação), em termos lógicos, validaria o devir, porém, ontologicamente, não seria plausível derivar algo a partir do nada. Logo, na linguagem da lógica ou da teoria do conhecimento as diferenças resultantes desse processo poderiam ser abordadas a partir da negação. Seguiria sendo impossível, no entanto, trazer ao mundo algo a partir de um inexistente.

Como forma de esclarecer seu raciocínio, Lukács apresenta um problema que exemplifica a inadequação da redução à lógica de categorias e relações ontológicas, resgatando uma célebre passagem do *Anti-Dühring*. A passagem mencionada refere-se à utilização da negação para caracterizar o surgimento de uma planta de cevada a partir (da “negação”) de seu grão. Engels também propõe que a negação da negação seria capaz de caracterizar o surgimento de uma forma de ser distinta. Nesse caso, a planta de cevada, que se originou da “negação” do grão, ao definhando proporcionaria como resultado dessa negação da negação “novamente o grão de cevada inicial, só que não o simples grão, mas uma quantidade dez, vinte, trinta vezes maior” (Engels, 2015, p. 83).

Lukács argumenta que existem inúmeros momentos da realidade em que o grão de cevada é destruído (seja por meio da trituração para fazer bebidas, pela ingestão, pela

---

<sup>16</sup> É importante afastar uma compreensão problemática sobre esse aspecto. Como salienta Medeiros (2015, p.07), mesmo quando caracteriza a negação em termos lógicos, Lukács não a considera como simples oposto da determinação, na medida em que a simples negação de uma sentença não pode revelar qual seria a determinação real oposta.

germinação etc.). Essa seria a expressão ontologicamente correta para o termo negação, mas isso não diz muito sobre o ser em si. O que deveria ter sido ressaltado pelo autor do *Anti-Dühring* é que somente em um determinado caso concreto surge o “ser-outro biologicamente normal” (a planta). Portanto, esse enquadramento lógico obscurece o processo dialético-real ao buscar caracterizar aspectos do devir que não se referem ao processo de negação (Lukács, 2012, p. 216).

Deste modo, na natureza inorgânica, por exemplo, não haveria nenhuma negação, mas somente uma série de transformações de um *ser-assim* em um *ser-outro*, em que todo elemento analisado possui um *ser-outro*, e ao mesmo tempo, é um *ser para outro*. Lukács percebe, portanto, que na esfera da natureza o tornar-se outro dos objetos e processos que a compõem *nunca* altera radicalmente o modo fundamental de ser desses processos e objetos e, por isso, seria incorreto operar com a categoria da negação como forma de compreender os processos dialéticos que caracterizam a emergência de novas formas de ser no plano ontológico (Ibid., p. 217).

No plano ontológico, e já considerando a esfera da natureza orgânica, o tornar-se outro consistiria numa subversão apenas no caso da morte do ser vivo, ou seja, no momento em que cessasse seu processo biológico normal. Esse seria, com efeito, o único caso em que a negação se realizaria sem um sujeito. Logo, com esse exemplo, Lukács busca demonstrar que o problema do uso da negação, estaria em sua generalização, porque essa categoria só seria ontologicamente pertinente ao tratar regularmente das determinações da sociedade.<sup>17</sup> Já a dedução logicista da negação da negação seria ainda mais controversa: por mais que essa determinação adquira sentido no interior da “ciência lógica”, não seria possível declarar sua validade para expressar autenticamente os movimentos da realidade, mesmo a social (Ibid., p. 218).

---

<sup>17</sup> Sobre essa problemática, convém reforçar de modo mais extenso o argumento de Lukács contido em um trecho do segundo volume da *Ontologia*: “Por outro lado, igualmente jamais se deve esquecer que cada uma de tais reações de um homem ao seu entorno social (incluindo o metabolismo da sociedade com a natureza) sempre terá um caráter alternativo, sempre abrange irrevogavelmente um sim ou um não (ou uma ‘abstenção do voto’) à pergunta posta pela sociedade. Lembramos aqui, quanto a isso, exposições anteriores em que se mostrou que conceber a negação como fator ontológico geral é totalmente absurdo. A natureza inorgânica possui tão somente um tornar-se outro, sendo que até mesmo os componentes, objetos, processos que contrastam do modo mais extremo só podem ser designados como positivos ou negativos de forma totalmente arbitrária. Em termos puramente objetivos, visto puramente como processo natural, na natureza orgânica há vida e morte, sendo que esta última até pode ser interpretada ontologicamente como negação da primeira, mas só quando não se usa isso para tentar obscurecer, mediante a introdução por contrabando de categorias que não existem aí, a objetividade ‘muda’ e pura do processo natural, que produz ambas pela mesma necessidade” (Lukács, 2013, p. 287).

O ponto mais importante do argumento de Lukács sobre a negação é sintetizado na seguinte passagem: “as negações que encontramos no âmbito do ser social revelam-se não apenas ligadas ontologicamente a sujeitos, mas seu modo essencial de ser se origina do fato de que toda atividade humano-social procede necessariamente de alternativas, pressupõe uma escolha, uma decisão específica” (Lukács, 2012, p. 218). Isso evidencia que a alternativa posta pelo trabalho envolve necessariamente negação ou afirmação de possibilidades contidas no mundo objetivo, sendo que a escolha entre as alternativas não pode prescindir de um conhecimento minimamente objetivo sobre as propriedades pertencentes aos objetos.

Por conseguinte, como evidencia Medeiros (2015, p. 08), para Lukács, a categoria da negação, está indissoluvelmente ligada à práxis teleológica, sendo necessário reconhecer que “ontologicamente, a negação só pode ser enunciada, ao menos neste enquadramento teórico, com base na possibilidade”. Vejamos como Lukács conclui seu argumento sobre a validade da negação enquanto momento essencial da formação do ser social:

Isso significa, em primeiro lugar, que a negação enquanto importante instrumento intelectual da práxis humana surge da inter-relação desta com a realidade objetiva; em segundo, que ela é um espelhamento da realidade indissoluvelmente ligado à práxis e, por conseguinte, aos seus pressupostos naturais objetivos, um espelhamento que, embora indispensável para transformá-la, não é todavia uma categoria da realidade não social, ontologicamente existente em si. O meio homogêneo, no qual surgem a afirmação e a negação, é uma das mais importantes condições metodológicas para que um espelhamento da realidade existente em si resulte correto e com perspectiva de ser bem-sucedido (Lukács, 2012, p. 219).

O itinerário que se segue nesta exposição da *Ontologia* é essencial para a compreensão ontológica da dinâmica específica observada nas distintas formas de ser. De início, assim como pôde ser percebido nas obras de Engels, Lukács realiza um pertinente resgate da processualidade, assumindo que essa categoria possui papel central na ontologia. O autor argumenta que, considerando as novas descobertas científicas das ciências naturais, as experiências históricas que alteraram decisivamente as estruturas sociais etc., seria necessário compreender que o “domínio absoluto da objetividade” não se apresenta de maneira estática (Ibid., p. 234-235). Contudo Lukács reconhece que mesmo diante de magníficos avanços no campo da investigação filosófica – desde pelo menos a concepção sobre a processualidade formulada por Heráclito –, “a imagem do mundo se manteve estática em sua totalidade, orientada para a substancialidade e a coisidade e não para a processualidade universal” (Ibid., p. 236). Por isso, Lukács evidencia a necessidade de entender a processualidade da realidade em sua

contraditoriedade dialética, sendo que sua manifestação objetiva seria condicionada pela desigualdade (Ibid.). Deste modo, o autor argumenta que a realidade, em sentido ontológico, “não pode deixar de ser o resultado de um processo, disso se segue necessariamente que esse ‘resultado’ só pode ser compreendido adequadamente através desse processo, isto é, através da sua gênese” (Ibid, p. 239).

Lukács demonstra que filósofos predecessores de Hegel, como foi o caso de Schelling, somente consideravam a contradição da processualidade no nível ontológico de forma aparente, na medida em que o movimento era cessado ao se resolver as contradições por meio de uma suprassunção definitiva estabelecida pelo conhecimento absoluto (Ibid., 236). Já Hegel, segundo Lukács, assume uma postura em que a realidade é concebida como uma totalidade de complexos, que constituem em si mesmo totalidades dinâmicas. Nesse sentido, sua dialética “consiste na gênese real e na autoexplicação, interação e síntese reais desses complexos” (Ibid., p. 242). Entretanto, Hegel compreende a síntese concreta dos movimentos reais destes complexos, paradoxalmente, através do conceito – antinomia derivada da transformação do objeto em sujeito. Portanto, segundo Lukács, a teoria do conceito de Hegel não poderia se referir diretamente aos processos concretos, ela consistiria na “teoria referente ao sujeito pensante, o lado gnosiológico desses complexos objetivos totais concretos, o instrumento intelectual que os torna apreensíveis em termos filosófico-científicos” (Ibid., p. 244). No entanto, o autor da *Ontologia* não deixa de reconhecer que as descobertas frutíferas de Hegel só se apresentam por estarem diretamente relacionadas a formações autenticamente ontológicas (Ibid., p. 246).

O procedimento crítico realizado por Lukács pretende resgatar dessa hipostasia, portanto, a pertinência das determinações reflexionantes (ou determinações de reflexão), como forma de compreender objetivamente os processos dialéticos que se apresentam na realidade. Podendo ser consideradas o cerne da filosofia hegeliana, essas determinações são formuladas por Hegel, de imediato, em termos gnosiológicos. Porém, Lukács salienta que o núcleo ontológico das categorias que compõem as determinações reflexionantes contêm os fundamentos que explicitam tanto a estrutura dinâmica da realidade, independentemente da consciência, como os “seus diversos espelhamentos na consciência subjetiva” (Ibid., p. 246). Em suma: Lukács procura resgatar diversas categorias da filosofia hegeliana, afastando-as de seu aspecto gnosiológico, i.e., fundamentando-as ontologicamente. Vejamos a partir de agora os principais pontos desta formulação

lukácsiana, que evidenciam um pertinente esclarecimento sobre os movimentos dialéticos.

Primeiramente, Lukács busca encontrar uma solução ontológica para o procedimento hegeliano que aparece nas categorias do entendimento e da razão.<sup>18</sup> Em termos sintéticos, pode-se perceber que, afastados de sua forma gnosiológica, essas categorias se aproximam, por mimese, à aparência e à essência. Ou seja, é percebido por Lukács que essa determinação reflexionante “constitui o fundamento ontológico do caminho gnosiológico que vai do entendimento à razão” (Ibid., p. 253). Para Lukács, a dialética do real (que foi formulada em termos da razão por Hegel) se refere a momentos da realidade que são “simultânea e indissolivelmente independentes e vinculados”, onde nenhum desses aspectos pode possuir um significado absoluto, isto é, não pode excluir o seu contrário. As determinações reflexionantes que expressam as relações que compõem a base de qualquer complexo real seriam, portanto, essência, aparência e fenômeno, convertendo-se ininterruptamente um no outro. De fato, Lukács demonstra, parafraseando Hegel, que “todo fenômeno é essência que aparece, toda essência aparece de algum modo”. Isso ainda denota que a relação dinâmica entre esses complexos está “no mesmo nível de realidade que os objetos em sentido estrito” (Ibid., p. 254).

Outro determinante resgatado na *Ontologia* é o par “imediatidade-mediação”. Lukács demonstra que Hegel afirma que imediatidade e mediação devem ser buscadas na consciência. No entanto, como expõe Lukács, isso seria válido somente para a imediatidade, pois nem na natureza nem na sociedade pode existir um objeto que não seja mediato, isto é, que não seja o resultado de mediações. Dessa maneira, a mediação, por ser uma categoria objetiva, tem “de estar presente em qualquer realidade, independentemente do sujeito” (Ibid., p. 259). Já a imediatidade estaria ligada à consciência, pois cabe a esta tomar como imediatidade eventos desencadeados por e em determinadas situações objetivas. Lukács esclarece que todos os processos de mediação existem em sua forma imediata, mesmo sem serem captados por uma consciência, porém isso não possui “nenhuma significação ontológica para o processo em si” (Ibid., p. 260). Portanto, é somente na esfera social que a imediatidade e as mediações se separam e se

---

<sup>18</sup> Como expõe Lukács, essa determinação formulada por Hegel é pertinente ao criar “a base para o conhecimento de uma realidade complexa, fundada sobre a totalidade, dinamicamente contraditória, em face da qual havia fracassado a teoria do conhecimento dos séculos XVIII e XIX. [...] De fato, tal como o exige o método da fenomenologia hegeliana, a marcha gnosiológica – a conquista do mundo em geral pelo pensamento e, portanto, também a que vai do entendimento à razão – corre paralelamente a um modo imediato de manifestação da realidade na direção de sua essência” (Lukács, 2012, p. 249-250).

unificam, apresentando-se como determinações reflexionantes ontológicas características do ser social (Ibid.).

Lukács também adverte que é necessário tratar das categorias da modalidade, se referindo à necessidade, à possibilidade e à casualidade. O autor reconhece que, do ponto de vista lógico e gnosiológico, a necessidade se estabelece como ponto culminante da análise modal, porém, no plano ontológico, todas as determinações modais, incluindo a necessidade, devem estar subordinadas à totalidade (Ibid., p. 264). Como expõe Fortes (2007, p. 06), o objetivo de Lukács é confrontar todas as postulações que compreendem a necessidade como uma categoria que subordina e direciona a dinâmica social de forma rígida, e, “ao mesmo tempo, se posicionar contra a existência de uma teleologia na história, tal como assevera filosofia hegeliana” (Ibid.).

Sobre a casualidade, Lukács ressalta que uma sequência causal isolada pode muito bem ser determinada por uma rigorosa causalidade, entretanto, na realidade, ela pode se desenrolar “dentro de um complexo em que justamente o nexo do evento em questão é determinado pela casualidade” (Lukács, 2012, p. 267).<sup>19</sup> A partir disso, Lukács deriva duas implicações relevantes. A primeira seria o fato de que a casualidade surge apenas no “quadro do complexo concreto”; a segunda implicação devém do fato de que o casual surge precisamente “de séries de determinações internas”, reconhecendo que os elementos de casualidade se manifestam pela inter-relação de complexos causais singulares. Tal constatação permite a Lukács compreender o irrevogável entrelaçamento entre acaso e necessidade.<sup>20</sup> Essa determinação reflexionante, segundo o autor, “se impõe no ser-propriadamente-assim de toda e qualquer realidade” (Ibid., p. 268).

Por fim, o autor aborda a categoria da possibilidade em sua relação de reflexão com a realidade. Lukács reconhece o acerto de Hegel em tomar a possibilidade como algo realmente existente, de modo que ela “só permanece possibilidade em relação a uma outra realidade”, mas aponta que o autor da *Lógica* não chegou a caracterizar que o caráter de possibilidade da propriedade é uma determinação do ser em si (Ibid., p. 268-269). Como argumenta Medeiros (2015, p. 06), o nexo existente entre possibilidade e determinação é

---

<sup>19</sup> Para compreender essa relação convém resgatar o exemplo prosaico dado por Lukács, onde dois processos causais isolados se apresentam, na realidade, casualmente: “Quando casualmente um tijolo cai de um telhado na cabeça de alguém, o movimento da telha certamente é determinado por uma rigorosa causalidade, e é possível que o seja também o fato de aquela pessoa estar passando por aquele lugar no momento em questão, talvez porque faça o seu percurso habitual cotidiano para ir ao trabalho” (Lukács, 2012, p. 267).

<sup>20</sup> Como é aludido pelo autor, a relação dialética que se estabelece entre acaso e necessidade se converteria “na base categorial do darwinismo” (Lukács, 2012, p. 267).

estabelecido por Lukács através da categoria da labilidade, que expressaria “um grupo de qualidades contidas no ser que podem ou não se afirmar no processo de transformação de uma efetividade em outra” (Ibid.). O autor ainda aponta que é preciso se atentar para o fato de que “nem a categoria da possibilidade caracteriza qualidades já efetivadas (caso em que a possibilidade se confundiria com o próprio ser), nem caracteriza a impossibilidade imediata de efetivação (caso em que se confundiria com o não-ser)” (Ibid.). Compreende-se, portanto, que a possibilidade, em um sentido geral, se refere a uma condição intermediária entre o ser e o não-ser – aquela do “poder-vir-a-ser”.

A partir do resgate de todas essas categorias, Lukács pretende indicar a validade geral, a fecundidade metodológica e o raio de ação das determinações reflexionantes para a fundamentação de uma ontologia dialética nas distintas esferas do ser. Lukács salienta que os problemas sobre a utilização logicista da dialética se devem, por um lado, à tentativa de compreender de maneira acrítica as formas inferiores de ser a partir da aplicação de relações dialéticas que só se manifestam no nível máximo do ser (a utilização generalizada da categoria da negação a pouco apresentada constitui num destes exemplos); por outro lado, torna-se visível após essa análise que, na filosofia hegeliana, procurou-se “interpretar de modo reducionista complexos dialéticos mais elaborados a partir dos mais simples” (Lukács, 2012, p. 278). Lukács ainda destaca que a passagem gnosiológica do entendimento à razão se abriga de fato no interesse pelo conhecimento mais adequado possível da realidade. Assim, seria preciso determinar corretamente a prioridade ontológica do ser em relação à teoria do conhecimento, ou seja, seria preciso compreender esse processo objetivamente a partir da dialética entre essência, aparência e fenômeno (Ibid.).

Deste modo, Lukács estabelece que as determinações reflexionantes “definem uma dimensão concreta no interior de um complexo do ser” (Ibid., p. 279). A partir disso, o autor busca indicar, de forma conclusiva, a maneira como se dariam os processos dinâmicos de suprassunção (*Aufhebung*) das contradições nas esferas do pensamento, da natureza (inorgânica e orgânica), e do ser social.

Lukács esclarece que as suprassunções próprias do pensamento possuem somente caráter teórico, como no caso de reconhecer a relação de diferença e de unidade entre a forma e o conteúdo de um objeto. Nesses casos, como adverte o autor, “uma suprassunção ontológica dessas determinações de reflexão é impossível” (Ibid., p. 279). Tão logo uma objetividade ontológica é suprassumida, nela já estará contida uma nova relação forma-conteúdo, sendo necessário, portanto, compreender a constituição concreta



dessas determinações reflexionantes que emergem do real. Por sua vez, as supressões referentes à natureza pura se realizariam de maneira regulada, através de leis objetivas que se apresentam como necessidades próprias dos objetos naturais (Ibid., p. 279-280). Assim, na esfera da natureza, o que se percebe é a existência de uma série de possíveis processos imanentes aos objetos naturais, que, portanto, tendem a se efetivar casualmente por meio de processos causais específicos desta esfera.

Já na esfera social, o processo de supressão estaria associado a um conhecimento verdadeiro ou falso dos complexos. Esta cognição determinaria a capacidade de fomentar ou constringer determinado processo gerador de algo ontologicamente novo na realidade. O procedimento indicado por Lukács é o seguinte: o conhecimento efetivo dos objetos da natureza habilita uma práxis que permite efetivar possibilidades contidas no ser que não se apresentam espontaneamente; portanto, o conhecimento desses processos dialéticos possibilita uma intervenção ativa do ser social sobre essa esfera. Assim, Lukács demonstra que no campo de possibilidades do ser social funda-se um metabolismo entre sociedade e natureza, “sendo que, no entanto, a apreensão correta da dialética da natureza constitui um pressuposto incontornável” (Ibid., p. 280).

O ponto decisivo, digamos em caráter conclusivo, é que essa investigação permitiu que Lukács afastasse as inadequações gnosiológicas na compreensão de processos ontológicos. Além disso, o autor pôde constatar que a existência humana não somente se ergue ao lado da existência da natureza, mas se ergue a partir dela, sendo um equívoco considerar o ser social independentemente da natureza, como uma antítese que a exclui. Assim, o resgate do argumento de Lukács aqui realizado visa indicar a pertinência da *Ontologia*, na medida em que o esclarecimento da dialética entre os níveis de ser “distende todo um aparato e um instrumental conceitual apropriado, no marxismo, antes, completamente inexistente, até mesmo impensável” (Oldrini, 2017, p. 304). Com isso, percebe-se que a contribuição de Lukács é extremamente necessária, pois indica uma solução capaz de conduzir o extenso debate sobre o método dialético – que foi travado entre importantes pensadores da tradição marxista – a uma solução objetiva, ou seja, fundamentada ontologicamente.

### **Considerações finais**

A necessidade de compreender a natureza remonta ao início de nossa existência, visto que o entendimento minimamente adequado dessa esfera se coloca como uma

necessidade intrínseca à nossa reprodução biológica, mas não somente isso, o desenvolvimento histórico da humanidade, isto é, a constante ampliação e criação de categorias sociais se deve, indubitavelmente, a esse incessante metabolismo entre os seres humanos e a natureza.

Inspirado pelo procedimento investigativo utilizado por Marx, Engels se concentrou em demonstrar a necessidade de se aproximar a esfera de investigação das ciências da natureza e o procedimento orientado pelo caráter processual e transitório dos objetos que compõem a realidade. Percebe-se que o projeto de Engels tem como um dos principais objetivos contrariar o proceder epistemológico empirista e positivista, que já predominava nos mais variados campos de pesquisa na época de suas publicações. Tragicamente, por mais que estas formas de cientificidade tenham se transformado de lá para cá, é nítido que ainda hoje exercem forte influência nas mais diversas investigações, tendo se irradiado a largos passos para o escopo das ciências sociais. De todo modo, é verdade que não se pode ignorar os eventuais (e efetivos) deslizes presentes nos textos de Engels, nem mesmo o uso inadequado de suas teses por diversos teóricos, contudo, este trabalho mostrou que é preciso ressaltar o pertinente acento dado pelo autor sobre a necessidade de se analisar os movimentos da realidade a partir dos próprios objetos concretos, em sua processualidade, sendo inadequado o estabelecimento cerrado, *a priori*, dessa análise.

Visto isso, cabe resgatar um exemplo ilustrativo presente na *Dialética da natureza*, no qual Engels chama atenção para os efeitos concretos desencadeados pelo proceder em relação à natureza e à sociedade que se ancora em causalidades imediatas e estáticas e que desconsidera o efetivo movimento histórico, prática que, por sua vez, se acentua pelo atual modo de produção e é funcional para a manutenção da sociabilidade mercantilizada:

Os plantadores espanhóis em Cuba, que queimaram as florestas das encostas montanhosas e encontraram nas cinzas adubo suficiente para *uma* geração de cafezais altamente rentáveis – por que eles se importariam se depois as torrenciais chuvas tropicais carregassem encosta abaixo a terra sem proteção deixando apenas a rocha descalvada? Tanto em relação à natureza quanto em relação à sociedade, o atual modo de produção considera preponderantemente apenas o êxito primário e mais palpável; e depois ainda se admiram de que as consequências de longo prazo das ações direcionadas para isso sejam bem diferentes, na maioria das vezes inteiramente opostas (Engels, 2020, p. 350, *itálico no original*).

De fato, como vimos, as indicações deixadas por Engels, além de serem motivo de grandes polêmicas no interior da tradição marxista, certamente dispõem de elementos que auxiliam em uma maior compreensão do procedimento de investigação da realidade

utilizado por Marx. Considerando o grande período de desvirtuação da teoria de Marx e Engels, é necessário indicar a pertinência da obra da maturidade de Lukács, que figura como responsável por resgatar determinações absolutamente relevantes à investigação científica, que, por sua vez, já compunham as investigações de ambos os autores. Na *Ontologia*, Lukács destaca a necessidade de os diversos campos da ciência contemplarem em suas investigações o caráter dialético constituinte de todos os objetos que formam a realidade, ao menos se existe a pretensão de se obter um conhecimento aproximativo da totalidade concreta que seja o mais fidedigno possível. Em suma, o que Lukács consegue evidenciar é a existência específica de movimentos dialéticos na natureza e na sociedade, salientando que a compreensão desses movimentos permite uma intervenção cada vez mais adequada do ser social sobre a natureza e, conseqüentemente, um maior esclarecimento sobre as conseqüências desencadeadas nesse processo.

Deste modo, apresenta-se como problemático o fato de que a investigação científica continue negligenciando as determinações que foram reveladas por esses autores e que certamente auxiliam na compreensão da realidade contemporânea, ainda mais se se considera as atuais mudanças na natureza desencadeadas pelo agir dos seres humanos, que afetam a vida em sociedade de forma cada vez mais preocupante. Portanto, além de apresentar as formulações desses autores sobre o método dialético e a sua utilização para a compreensão da realidade, espera-se ainda que este trabalho sirva como alerta para as pesquisas científicas a serem realizadas tanto sobre a esfera da natureza quanto sobre a esfera social. Contudo, ao se levar em conta que a desconsideração do caráter transitório dos objetos possui validade para a reprodução do modo de produção capitalista, não é possível esperar que alterações substanciais sobre o proceder científico sejam implantadas paralelamente à manutenção do capitalismo, já que revelariam o caráter contraditório do modo de produção atual.

Assim, procurou-se aqui destacar o fato de que as determinações dialéticas analisadas são, na verdade, determinações que constituem o próprio objeto investigado, e que, portanto, o caminho para encontrar soluções objetivas aos diversos problemas socioambientais derivados do estado de coisas atual posto pela dinâmica capitalista passa, necessariamente, pela dissolução dos objetos que determinam a realidade e desencadeiam esses processos.

## **Referências bibliográficas**

- BHASKAR, Roy. **A Realist Theory of Science**. 1. ed. Nova Iorque: Routledge, 2008.
- \_\_\_\_\_, Roy. **The possibility of naturalism**. 3. ed. Nova Iorque: Routledge, 1998.
- CHASIN, José. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique; ANTUNES, Jadir. Questões acerca da chamada dialética da natureza. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 3, n. 6, p. 165-178, dez. 2018.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Lukács, a ontologia e a política. In: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquiria. **Lukács: um galileu no século XX**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 16-26, 1996.
- EAGLETON, Terry. **Depois da teoria**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring: A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- FORTES, Ronaldo Vielmi. Lukács e o desvelamento da perspectiva ontológica da obra de Marx. In: **Anais do V Colóquio Internacional MARXENGELS**, Campinas, p. 1-6, nov. 2017.
- LENIN, Vladimir. Friedrich Engels. **Edições Avante**, Lisboa, 1982.
- LÖWY, Michael. **Marxismo contra Positivismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.
- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_, György. **Para uma ontologia do ser social I**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- \_\_\_\_\_, György. **Para uma ontologia do ser social II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- \_\_\_\_\_, György. Prefácio de 1967. In: LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, p. 1-61, 2003a.
- MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

- \_\_\_\_\_, Karl. **A Sagrada família**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MEDEIROS, João Leonardo. Do tsunami antirrealista ao irracionalismo: sobre as raízes da atual crise da razão. In: **Anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política – ENEP**, Salvador, p. 1-24, nov. 2020.
- \_\_\_\_\_, João Leonardo. Marx e a crítica da Economia Política: a negação como fundamento da crítica. In: **Anais do Marx e o Marxismo 2015**, Niterói, p. 1-17, ago. 2015.
- MUSSE, Ricardo. A dialética como discurso do método. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 367-389, jun. 2005.
- \_\_\_\_\_, Ricardo. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 15-24, 2020.
- NETTO, José Paulo. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring: A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 9-19, 2015.
- OLDRINI, Guido. **György Lukács e os problemas do marxismo do século XX**. 1. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. Apontamentos sobre dialética e história em Friedrich Engels. **Verinotio revista on-line**, Belo Horizonte, n. 20, ano 10, p. 123-133, out. 2015.